

Um panorama diacrônico do acusativo preposicionado e dos complementos introduzidos pela preposição *a* em português

Ana Calindro (Federal University of Rio de Janeiro)

Introdução e objetivos: Neste trabalho, investigamos a variação e mudança relacionadas ao uso da preposição *a* na introdução de complementos em português europeu (PE) e português brasileiro (PB). Os complementos que acompanham verbos de transferência dinâmica (*enviar*), verbos dinâmicos não-direcionais (*lavar*), estativos (*admirar*) e psicológicos (*agradar*) são introduzidos pela preposição *a* em PE e sempre alternam com clíticos dativos (A Maria admira o talento **ao João** possuidor/ admira-**lhe** o talento). Em PB, podem ser introduzidos por *para* e *de*, e alternam com preposições seguidas de pronomes plenos no lugar de clíticos (A Maria admira o talento **do João** possuidor / **dele**). Já com os verbos psicológicos, a preposição *a* foi totalmente suprimida em PB (O vinho agradou **Ø os convidados** experenciador / **os**_{Acc} agradou / agradou **eles**_{Nom}), enquanto em PE moderno a preposição *a* permanece (O vinho agradou **aos convidados** experenciador / agradou-**lhes**).

A fim de traçar um panorama acerca dessas diferenças entre as duas variedades do português e desvendar as possíveis razões para a mudança ocorrida na escolha das preposições que introduzem os complementos dos grupos verbais citados, optamos por analisar uma vasta quantidade de dados diacrônicos do português. Assim, analisamos o *Corpus Histórico Tycho Brahe*, composto por textos dos séculos XVI ao XIX para avaliar como ocorreu essa variação e mudança da preposição *a* ao longo da história do português.

Metodologia e resultados: Primeiramente, efetuou-se uma busca pelos acusativos preposicionados (PP-ACC) no *corpus* nos contextos mencionados anteriormente. Constatou-se um aumento significativo do seu uso no século XVII, porém com expressiva queda já no século XVIII. Os verbos psicológicos chamaram nossa atenção por apresentarem comportamento diferente dos demais, com aumento de ocorrências nos séculos, enquanto houve queda de PP-ACC nos outros contextos. Assim, para compreender essa diferença, realizou-se uma nova busca pelos mesmos contextos, porém acompanhados por sintagmas sem preposição – acusativos não preposicionados (NP-ACC). O resultado demonstrou que, em números absolutos, as estruturas com PP-ACC são menos expressivas no *corpus* - 624 sentenças com PP-ACC e 7.756 de NP-ACC em um compêndio total de 39.761 sentenças. Logo, para compreender com mais exatidão, o tipo de estrutura que apresenta PP-ACC, Em realizou-se uma avaliação da natureza dos objetos que acompanham a preposição para verificar a possibilidade do português apresentar o fenômeno da marcação diferencial do objeto (DOM), comum em espanhol. Assim, os complementos foram analisados segundo a natureza categorial dos objetos preposicionados o que resultou na seguinte divisão: DPs [+animados], DPs Nomes Próprios, DPs Nomes Religiosos, Títulos Religiosos, Títulos de Nobreza, Sintagmas Quantificados, Pronomes de Tratamento, Pronomes Relativos, Pronomes Plenos, Clíticos, DPs [-animados], DP Lugar.

Análise: Uma das hipóteses para o aumento de PP-ACC no século XVII seria a influência do espanhol em Portugal (Gibrail, 2003). Porém, ao compararmos a quantidade de dados de PP-ACC (624) com as de NP-ACC (7.756) nos mesmos contextos, é notável que o número de PP-ACCs é muito menor. Logo, ao invés de DOM, essa marca parece ser um recurso estilístico usado por alguns autores, em um período em que o espanhol era considerado um idioma de prestígio na Europa. Assim, passado o século XVII, no século XVIII, os portugueses estariam buscando uma

identidade própria e, portanto, essa marca começa a desaparecer, primeiro com nomes próprios e comuns e depois com pronomes pessoais (Döhla, 2014,).

Nossos dados confirmam que há realmente uma queda no uso de PP-ACC com *DPs [+animados]*, com *nomes próprios* e com *pronomes plenos* também. Por outro lado, os *pronomes relativos* são os que tem uma quantidade mais expressiva nos dados. Além disso, os resultados se mostraram relevantes no contexto dos *pronomes relativos*, *pronomes de tratamento*, *nomes religiosos* e *sintagmas quantificados*. Portanto, qual seria a relação entre o aumento do uso da preposição *a* no contexto dos verbos psicológicos e os objetos que foram marcados por *a* – em especial os *pronomes relativos* e os *sintagmas quantificados*?

No caso do PE moderno, o *a* dativo que acompanha verbos psicológicos (cf. Gonçalves; Raposo, 2014, p.1175) derivou do acusativo. A esse respeito, Cyrino e Irimia (2019) afirmam que os casos morfológicos podem ser decompostos em traços mais primitivos e organizados hierarquicamente. Nesse sentido, Hardarson (2016) propõe uma hierarquia de traços de caso, segundo a qual o dativo é mais específico que o acusativo, apesar de compartilhar traços com o acusativo. Nossa análise dos dados nos levou a concluir que em PE, o acusativo se especializou tornando-se uma marca Dativa inerente, garantindo a leitura temática de Experienciador ao argumento interno dos verbos psicológicos. Ou seja, no contexto do verbos psicológicos em PE, parece que o PP-ACC histórico sofreu uma especialização e passou a ter traços de Dativo no contexto dos verbos psicológicos.

Em relação ao PB, Cyrino e Irimia (2019) apontam que, apesar de os objetos diretos não serem geralmente marcados, essa marcação é possível e distintiva em alguns contextos (a. A festa agradou **a todos**. – **Acc inerente**; b. **A todos** a festa agradou). As autoras trazem uma relevante discussão sobre animacidade, Caso, DOM e questões discursivas para explicar esses casos. Os dados que encontramos no nosso corpus se alinham com os exemplos de Cyrino e Irimia (2019), pois quantificadores como *todos* e pronomes relativos *quem/que* apresentaram quantidades constantes e significativas de PP-ACC no *corpus*, ou seja, não perderam a marcação, como *DPs [+animado]* e nomes próprios perderam, por exemplo. Nossa hipótese é que, uma vez que esses elementos podem ser Nominativos, Acusativos ou Dativos, assumimos que essa marca está relacionada à necessidade de desambiguar contextos em que é preciso que o elemento já traga seu Caso inerente da derivação antes de chegar à representação de superfície.

Referências - CYRINO, Sonia; IRIMIA,. Differential Object Marking in Brazilian. *Revista Letras*, v. 99, p.177-p.201, 2019; DÖHLA, Hans-Jörg. Diachronic convergence and divergence in differential object marking between Spanish and Portuguese. In BRAUNMÜLLER, K.; HÖDER, S.; KÜHL, K.. *Stability and Divergence in Language Contact: Factors and Mechanisms*. Amsterdã: John Benjamins, 2014, p. 265-289; FIGUEIREDO SILVA, Maria Cristina. “A perda do marcador dativo e algumas das suas consequências”. In: CASTILHO, Ataliba; TORRES MORAIS, Maria; LOPES, Ruth; CYRINO, Sonia. (org.) *Descrição, história e aquisição do português brasileiro – Estudos dedicados a Mary Aizawa Kato*. São Paulo: Fapesp, Campinas: Pontes Editores, 2007; FISCHER, Susann. Psych-verbs, the interpretation of little v, and why experiencer objects are doubled in some Romance languages. Apresentação no AICED 21 – Theoretical and Applied Linguistics Bukarest [ppt], June 7, 2019; GIBRIL. Alba. *O acusativo preposicionado do português clássico: uma abordagem diacrônica e teórica*. Dissertação de Mestrado. Unicamp, Campinas, 2003; GONÇALVES, Anabela; RAPOSO Eduardo. Verbo e sintagma verbal. In RAPOSO, Eduardo. et alii. *Gramática do português*. Fundação Calouste Gulbenkian. Vol. II. Cap. 28, 2014. p. 1155-1218; HARDARSON, Gísli Rúnar. A case for a Weak Case contiguity hypothesis: a reply to Caha. *Natural Language and Linguistic Theory*, vol. 34, p. 1329-1343, 2016.